

**COMITÊ DE GERENCIAMENTO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO
ARARANGUÁ
ATA DA XLIX ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO COMITÊ ARARANGUÁ**

Aos 05 (cinco) dias do mês de abril de 2018 (dois mil e dezoito), às 14h30, no auditório do CETRAR/EPAGRI, em Araranguá, realizou-se a 49ª Assembleia Ordinária do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá. Presentes, os representantes da Diretoria do Comitê, os representantes das entidades-membro e SDS/DRHI, representantes do Mampituba e demais entidades interessadas, conforme livro de presenças. O presidente Sérgio Marini (ADISI) deu boas vindas a todos os presentes e iniciou-se a assembleia com Yasmine fazendo a leitura da pauta do dia contendo os seguintes assuntos: 1º Aprovação da Ata da XLVIII Assembleia Ordinária realizada em 23 de novembro de 2017; 2º Eleição 2018/2019; 3º Conflitos de uso da água; 4º Substituição de Entidades; 5º Apresentação Projeto de Dissertação Michele; 6º Assuntos Gerais. Sérgio Marini inverteu a ordem dos assuntos de pauta, por solicitação do pessoal do rio Mampituba, passando para terceiro ponto de pauta a substituição de entidades. Após a leitura da ordem do dia prosseguiu com o **1º Assunto de Pauta – Leitura e Aprovação da Ata da XLVIII Assembleia Ordinária**, realizada em 23 de novembro de 2017. Sérgio Marini explicou que esta ata se encontra em elaboração e será enviada por e-mail para aprovação na próxima assembleia. Foi lembrado por Cláudio Zilli (ACIC) que também a Ata da XLVII Assembleia Ordinária, realizada em 27 de julho de 2017 não fora lida. Sérgio Marini justificou o procedimento em função do doutorado da secretária executiva e ficou acordado que as duas atas serão enviadas por e-mails para posterior aprovação. Todos concordaram. **2º Assunto de Pauta: Eleição 2018/2019**, sob o encargo da comissão eleitoral, presidida pelo Rogério Bardini (COOTIL), acompanhado do secretário eleitoral Juliano Mondardo Dal Molin (FUNDAVE). Rogério Bardini relatou a existência de uma única chapa entregue dentro do prazo, composta por Luiz Leme (FAMA) para presidência, Sérgio Marini (ADISI) para vice-presidente e Yasmine de Moura da Cunha (UNESC), como secretária executiva. Constituindo a Comissão Consultiva: como representantes de Usuários de Água, Antonio Adílio da Silveira (CASAN), Emerson Casagrande (SAMAE) e Adão Manoel Fabris (COOIMEL); como representantes da sociedade Civil, Daniel Pazini Pezente (SATC), Adenor Polla (Forquilha) e Gabriel Gomes (COMPEDC); e como representantes do Governo, Volnei Meller (EPAGRI) e Lucinéia Silveira Luz (22ª GEREI). David Tomaz (STRM) sugeriu fazer a eleição por aclamação, por se ter apenas uma chapa inscrita. Consultado o Tiago Zanatta da SDS, seguiu-se eleição com voto secreto, em função de ser esta a orientação do Regimento Interno do Comitê. A chamada para votação seguiu a ordem da lista de presença. Procedeu-se a contagem dos votos e com 26 (vinte e seis) votos a favor e 01 (um) voto em branco, Rogério Bardini empossou a nova diretoria do Comitê. Sérgio Marini recapitulou as ações realizadas na sua gestão em função da obtenção de recursos; ampliação do prazo de outorga para 2018; formalização da AGUAR, com agradecimentos ao Toninho que assumiu a presidência da Associação; participação no Fórum do rio Mãe Luzia. Luiz Leme fez pronunciamento apresentando-se como funcionário da Prefeitura Municipal de Araranguá e participante do Comitê. **3º Assunto de Pauta - Substituição de Entidades**. Como representantes dos novos afluentes do rio Mampituba, do Governo, Sabrina Mendes pelo IFC de Sombrio (Instituto Federal Catarinense), Rômulo Tadeu Bitencourt



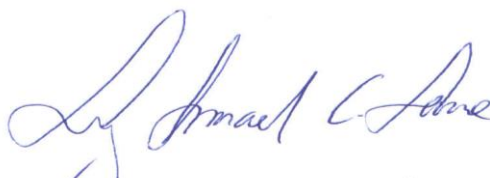
pela CIDASC (Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina); como representantes de Usuários de Água, Derli Dordete pelo SAMAE de Meleiro e Lucas Brognoli pela COOIJAM (Cooperativa de Irrigação de Jacinto Machado). Luiz Leme salientou que estes representantes foram indicados por ofícios que chegaram a tempo da Assembleia, mas que tem mais um ofício do Sindicato dos Trabalhadores de Praia Grande, Dirceu Enoli Pavei Santos, a ser empossado na próxima assembleia. Michele explicou que houve indicação de alguns nomes pelo Comitê do rio Mampituba do Rio Grande do Sul, mas que as instituições devem fazer a solicitação conforme o edital publicado de abertura das vagas. Considere-se ainda que terão preferência os atores considerados estratégicos pelo Plano de Recursos Hídricos. Michele referiu-se ao caso do Engº Roberto Luiz Búrigo, da Fundação de Meio Ambiente (FAMCRI) que substituirá a entidade antes participante como CONDEMA (Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente) de Criciúma. Na sequência Luiz Leme empossou os integrantes da Comissão Consultiva. O presidente do Comitê Mampituba, biólogo Alexandre de Almeida, pediu a palavra e solicitou trabalho em conjunto dos dois comitês. Passo de Torres também interessado em integrar o Comitê quando houver vaga. Outro integrante do Comitê Mampituba salientou a importância de dois municípios na gestão da bacia do rio Mampituba e de verificar a representatividade efetiva dos membros dos afluentes catarinenses do rio Mampituba na Comissão Consultiva. Representante do Comitê Mampituba referiu-se ao livreto de educação ambiental com ações do Comitê do rio Mampituba. Michele esclareceu o assunto sobre a inserção dos afluentes catarinenses do rio Mampituba. Tiago Zanatta (SDS) relatou que o secretário solicitou a agilização da documentação com oficialização da inserção dos afluentes catarinenses do rio Mampituba. O representante do Comitê do rio Mampituba falou sobre a gestão compartilhada da calha do rio Mampituba, que estão tentando junto com a ANA, que saia uma instrução normativa, com desburocratização desta questão. O Sr. Alveri Aguiar de Souza (SINDIPETRO) pediu a palavra e manifestou pesar ao elencar alguns aspectos negativos de metas que não se conseguiu atingir – falta de recursos do Comitê Araranguá em 2017; caso da barragem do rio do Salto; lençol freático sendo esgotado por bombeamento em construções em Araranguá; conflito de uso de água entre abastecimento público e uso para lazer por jet-ski; individualismo das pessoas no extremo sul de Santa Catarina; dificuldade de sediar o SINDIPETRO (sede em Joinville) no extremo sul de Santa Catarina. Também teceu elogios ao presidente Luiz Leme, que agradeceu a sua participação no Comitê. Luiz Leme empossou mais outro membro, Dirceu Enoli Pavei Santos, representando Sindicato dos Trabalhadores de Praia Grande, com anuência da Assembleia. Marini ressaltou que este procedimento o Regimento Interno do Comitê permite, com presença da entidade que está saindo e da que está entrando. **4º Assunto de Pauta – Conflitos de uso da água.** A palavra foi passada por Luiz Leme ao Sérgio Marini, que relatou que já foi aprovada a Resolução nº 2 de 16 de março de 2017. Conflitos já se estendem por vários pontos da bacia. Exemplificou o caso de Nova Veneza, que o Comitê buscou auxílio junto à Fundação Municipal do Meio Ambiente para resolução de conflitos. Relatou ao novo secretário de Estado esta situação e ressaltou que sem recursos fica difícil administrar estes conflitos, com necessidade de técnicos para ser dada uma posição técnica aos casos. Referiu-se a dois conflitos mediados com sucesso. O acordo tem que ir um pouco além da legislação vigente na construção de um acordo. Em função da dificuldade de mediação num dos conflitos, o Comitê solicitou afastamento, pois não encontrou disposição de solucionar o conflito pelas partes envolvidas. Chamou a



atenção da presença de Antonio Adílio (CASAN), que é sabedor da atuação do Comitê na intermediação de conflitos. Salientou que o comitê sempre esteve presente, atualmente são 07 conflitos, com intermediação em andamento. Neste momento o Comitê irá resolvendo os conflitos maiores, pois sem recursos e pessoal não dá conta de intermediar todos os conflitos. David Tomaz referiu-se à existência do Plano de Recursos Hídricos construído com recursos públicos e que dá um norte ao Comitê e da necessidade do Estado prover de recursos o Comitê para que ele possa cumprir suas metas. Volnei Meller (EPAGRI) salientou que na verdade não é a falta de recursos, é o desvio de recursos. Prof. Jairo Cesa (SINTE) pronunciou-se em relação à liberação de recursos. Sérgio Marini relatou as ações encaminhadas para obtenção de recursos e que só os Comitês Tijucas e Itajaí receberam recursos. Marini respondeu a questionamento sobre cobrança que esta não ocorre ainda, pois nem agência se tem ainda. **5º Assunto de Pauta - Apresentação Projeto de Dissertação Michele**, sob o título Gestão Pública Ambiental e Governança da Água: estudo de caso do Comitê da bacia do rio Araranguá, com o objetivo de compreender o processo de articulação existente entre a gestão pública ambiental catarinense e o comitê de bacia do rio Araranguá, verificando possíveis métodos para aplicação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos e o conceito de gestão de recursos comuns. Michele solicitou a ajuda dos membros do Comitê, na aplicação de um questionário a ser aplicado. A ideia seria contribuir de fato, na prática, com o processo de gestão da bacia, subsidiando o Comitê. **6º Assunto de Pauta - Assuntos Gerais**. Luiz Leme solicitou que todos eleitos para a Comissão Consultiva assinassem a ata. Passou a palavra ao Tiago Zanatta da SDS, que explicou aspectos relativos aos recursos – que o Rui (SDS) enviou no dia anterior documento para a Casa Civil, ficando-se no aguardo da liberação pelo governador. Mário Anelli (ADM – Dois Irmãos) manifestou-se, salientando que considera um desrespeito com os membros do Comitê esta questão dos recursos. Sérgio Marini respondeu que foi o governador Raimundo Colombo. Mário Anelli reportou ainda ao crime ambiental ocorrido neste final de semana com lançamento de efluentes do carvão no rio. Considerou que se deve lutar para ter mais efetivos na fiscalização. Referiu-se a abertura de mais uma abertura de mina de carvão em Treviso. Fez estas considerações no Fórum do rio Mãe Luzia com alusão à liberação de depósito de rejeitos junto ao rio Mãe Luzia na sua porção ainda sem contaminação da mineração. Prof. Tiago relatou que saída de campo com alunos, acompanhados pelo Mário Anelli resultou num documento com um posicionamento ambiental que até o presente momento não teve resposta. Márcio Zanuz (SIECESC) se manifestou sobre a dificuldade de estar num ambiente em que as mineradoras possuem esta responsabilidade por um passivo ambiental. Relatou que estão fazendo uma diligência para saber o que aconteceu realmente, pois foi muito dinheiro aplicado no processo de recuperação e envolve a reputação das mineradoras. Também vai à audiência pública e considera que os projetos são bem estruturados, mas não são infalíveis. Rômulo Bitencourt (CIDASC) parabenizou a contratação de técnicos, para sair do “achismo”. Questionou porque não investir em energia mais limpa. Parabenizou Michele por trazer a academia para a prática. Márcio Zanuz defendeu a ideia de se utilizar todos os tipos de energia e relatou que se neste momento estivesse sendo utilizada apenas energia eólica, necessitaria de energia térmica para que não houvesse intermitência no fornecimento de energia. Rômulo salientou que se aplique a tecnologia, conhecimento técnico e ecológico, ressaltando a contratação de técnicos. Ressaltou que de uns 05 (cinco) anos para cá as águas do rio Araranguá tiveram uma melhora, resultando na pesca de tainha. E que tem



144 ainda a questão do esgoto. Luiz Leme pronunciou que o Comitê pode reforçar as
145 solicitações visando a preservação e conservação do recurso hídrico. Sung Chen Lin
146 (22ª ADR) perguntou se há um mapa disponível com áreas de passivo. Márcio Zanuz
147 respondeu que este material estava à disposição, mas não está mais pois o site não tem
148 sido mais alimentado. Chen questiona se neste mapa seria possível localizar onde a
149 turma de alunos citada pelo professor Jairo, e Márcio Zanuz afirma que sim. Chen
150 questiona se neste material é possível encontrar as ações de educação ambiental e
151 Márcio ressaltou que não, porém o SIECESC desenvolveu ações de educação ambiental
152 nas escolas. Luiz Leme agradeceu a presença de todos e de Tiago Zanatta da SDS que
153 veio trazer uma boa notícia sobre a liberação dos recursos. Nada mais havendo a tratar,
154 e estando esgotadas as discussões, o Presidente agradeceu à presença de todos. Declarou
155 encerrada a reunião, e eu, Yasmine de Moura da Cunha, lavrei a presente ata, cujas
156 assinaturas dos presentes encontram-se registradas no respectivo livro de presenças, e o
157 registro de áudio encontra-se arquivado na sede do Comitê.



Luiz Ismael de Camargo Leme
Presidente do Comitê Araranguá

Yasmine de Moura da Cunha
Secretária Executiva

